

# Legislação sobre dados antirracismo- conteúdo do site

## O que há de novo?

No dia 23 de setembro de 2022, a Província anunciou os 11 membros do Comitê de dados antirracismo, que irá colaborar com o governo para dismantelar o racismo sistêmico no setor público. Saiba mais sobre os indivíduos que estão acrescentando suas vozes ao assunto.

## Uma oportunidade para melhorar

O governo provincial está trabalhando com afinco para tornar a Colúmbia Britânica uma província mais justa, inclusiva e acolhedora para todos. Uma das fundações deste trabalho é uma nova lei que ajudará a identificar e resolver o racismo sistêmico e outras desigualdades presentes em programas e serviços prestados pelo governo provincial.

O racismo sistêmico é evidenciado quando comunidades indígenas e negras, assim como outras comunidades racializadas, têm pior acesso a programas e serviços públicos ou obtêm deles resultados inferiores quando comparados aos demais habitantes da província.

Esta discriminação pode não ser intencional, mas é um problema sistêmico que deve ser entendido e reconhecido para ser solucionado. Por isso, o governo provincial e a Secretária Parlamentar para Iniciativas Antirracismo, Rachna Singh estão trabalhando com a Comissária para Direitos Humanos da Colúmbia Britânica, lideranças das Nações Indígenas e Métis, comunidades racializadas e outros habitantes da província para introduzir um sistema seguro para a coleta e análise de informações demográficas sobre raça, etnia, crença religiosa, gênero, sexo, capacidades, renda e outros marcadores sociais de identidade.

A coleta e o uso correto destes dados pode ajudar na identificação das desigualdades sistêmicas, para solucionarmos problemas de discriminação, desigualdades e lacunas na prestação dos serviços.

A proteção da privacidade das pessoas e a salvaguarda destas informações é da mais alta prioridade.

Ao coletar estas informações estatísticas cruciais, teremos como assegurar que os serviços públicos sejam prestados de maneira equitativa e atendam as necessidades de todos os moradores da província. Além disso, nossas comunidades contarão com informações essenciais para pleitear as mudanças que realmente façam diferença.

### Por que precisamos de uma lei

O governo pode coletar alguns dados demográficos. No entanto, a coleta não é feita de maneira consistente e há lacunas na maneira como os dados são coletados, compartilhados e acessados.

[Saiba mais](#)

### Consultas às comunidades

De setembro de 2021 a março de 2022, o governo provincial trabalhou com organizações comunitárias, consultando povos indígenas e comunidades racializadas sobre como coletar e usar dados raciais de maneira segura e que faça diferença no trabalho de identificação do racismo.

[Veja os detalhes](#)

### A segurança dos seus dados

A província tem leis rigorosas e protocolos de segurança que determinam como as informações pessoais dos indivíduos devem ser protegidas. O governo se baseará nessas proteções e trabalhará junto às comunidades indígenas e racializadas para assegurar que as informações pessoais estejam sujeitas a essas proteções e requisitos de segurança, além de se certificar de que a utilização destes dados não cause ainda mais dano às comunidades afetadas pelo racismo.

[Saiba mais](#)

### Confira os relatórios *O que ouvimos*

Veja os resultados destas consultas pioneiras em cinco relatórios temáticos.

[Veja os relatórios](#)

### Próximos passos

A lei sobre dados antirracismo entrou em vigor no dia 2 de junho de 2022. Ela foi formulada em conjunto com o Conselho de Lideranças dos Povos Indígenas e a Nação Métis da Colúmbia Britânica. O Gabinete da Comissária para Direitos Humanos e o Conselho Consultivo Multicultural também tiveram um papel de destaque, contribuindo com comentários. A nova lei possibilitará que o governo provincial colete, use e revele dados demográficos para identificar e eliminar o racismo sistêmico de maneira consistente e segura, o que ajudará a identificar onde o racismo sistêmico acontece e a tornar a província mais inclusiva e equitativa.

A província continuará trabalhando com povos indígenas e comunidades racializadas para determinar que informações estatísticas serão coletadas e como isso será feito, além de como serão compartilhadas e protegidas.

[Veja os detalhes](#)

## Como obter ajuda?

A ResilienceBC tem recursos sobre como reagir e denunciar crimes e incidentes de ódio.

[Visite ResilienceBC](#)

## Informações sobre a legislação

No dia 2 de maio de 2022, [o governo apresentou a Lei sobre dados antirracismo](#), uma nova lei que tem por objetivo:

- eliminar barreiras de acesso aos programas;
- assegurar que as pessoas racializadas não sejam visadas de maneira desproporcional;
- aprimorar programas e serviços para que mais pessoas se sintam seguras ao buscar ajuda quando precisarem.

A lei entrou em vigor no dia 2 de junho de 2022.

A lei levou em conta as opiniões de mais de 13.000 habitantes da Colúmbia Britânica, coletadas através da participação de povos indígenas e comunidades racializadas, além de partes interessadas essenciais, como a Comissária para Direitos Humanos da Colúmbia Britânica, o Conselho de Lideranças das Nações Indígenas, a Associação de Centros de Fraternização Aborígine da Colúmbia Britânica e a Nação Métis da Colúmbia Britânica. Trata-se de uma das primeiras leis a serem elaboradas em conjunto com povos indígenas nos termos da *Lei da declaração do direitos dos povos indígenas*.

Ela se concentra em quatro aspectos importantes:

1. a colaboração contínua com os povos indígenas, reconhecendo a identidade singular das Nações Indígenas e das comunidades Métis da Colúmbia Britânica;
2. o trabalho junto às comunidades racializadas para a implementação da legislação, incluindo a criação de um comitê provincial sobre dados antirracismo que colaborará com o governo para determinar como os dados serão coletados e utilizados;
3. aumentar a transparência e a prestação de contas e, ao mesmo tempo, prevenir e reduzir os danos aos povos indígenas e comunidades racializadas;
4. obrigar o governo a divulgar dados anualmente e a reavaliar a lei periodicamente.

Continuaremos trabalhando com povos indígenas e comunidades racializadas à medida que implementamos a legislação.

## Por que precisamos de uma lei

Sabemos que o racismo sistêmico existe por toda parte, inclusive em políticas e programas públicos, e precisamos mudar esse quadro. Dados sobre raça, etnia, religião e outros fatores podem ajudar a revelar os lugares e condições nas quais povos indígenas e comunidades racializadas enfrentam o

racismo sistêmico nos serviços públicos. No entanto, atualmente não há consistência na coleta destes dados ou na maneira como são usados.

A lei assegurará que essas informações sejam coletadas, usadas e compartilhadas de maneira consistente e segura do ponto de vista cultural. Com esses dados, será possível identificar onde há racismo nos sistemas, programas e serviços públicos, o que ajudará a prestar serviços melhores para mais pessoas e criar uma província mais justa e inclusiva.

Povos indígenas e comunidades racializadas vêm pedindo há muito tempo que o governo aprimore a coleta, o uso e o acesso a dados raciais. Essas comunidades têm dito que desejam dados mais adequados para entender as experiências de seus membros com os serviços públicos – tais como educação, saúde, moradia e policiamento – e assim identificar e resolver o racismo sistêmico. Disseram ainda que uma lei é necessária para assegurar que essas informações sejam coletadas, armazenadas e usadas de maneira segura do ponto de vista cultural, para que não venham a causar dano às comunidades que visam ajudar.

A Comissária para Direitos Humanos destacou essa questão no relatório *Disaggregated Demographic Data Collection in British Columbia: The Grandmother Perspective (Coleta de dados demográficos desagregados na Colúmbia Britânica: a perspectiva da avó)*, reforçando a importância de se trabalhar com as comunidades afetadas para que estejam envolvidas na coleta e no uso de suas informações pessoais e evitar a exacerbação dos problemas sistêmicos existentes.

Essa é a razão pela qual trabalhamos com organizações comunitárias para tratar diretamente com lideranças indígenas e racializadas, além dos membros dessas comunidades. Continuaremos fazendo isto a cada etapa do caminho. Queremos ter certeza de que entendemos o que deve ser feito para propormos uma legislação que ajude a acabar com o racismo sistêmico e nos certificar de que ela respeitará o direito dos povos indígenas a se autogovernarem.

Essa legislação será uma ferramenta importante para que o governo da Colúmbia Britânica e os povos indígenas e comunidades racializadas estejam mais bem informadas para promover ações e mudanças.

### O que é o racismo sistêmico?

O racismo sistêmico opera por meio de desigualdades que são parte de serviços, sistemas e estruturas e geralmente são causadas por um viés oculto que deixa pessoas em desvantagem por causa da sua raça. No caso de muitas comunidades indígenas e racializadas, isso se traduz em acesso desigual, resultados piores e experiências negativas com serviços públicos como educação, saúde, bem estar da criança e policiamento.

## A segurança dos seus dados

A coleta e uso de dados pode tornar visíveis estas desigualdades sistêmicas, diminuir barreiras e ajudar na solução de problemas de discriminação, desigualdades e lacunas na prestação de serviços.

É uma das principais prioridades para garantir que as informações sejam coletadas, armazenadas e usadas de maneira segura e consistente, de modo a proteger e salvaguardar os dados das pessoas.

A lei determinará que o governo se certifique que todos os dados coletados sejam mantidos em segurança. As proteções à privacidade e segurança previstas na *Lei de liberdade de informações e proteção à privacidade* se aplicam às informações coletadas ou utilizadas nos termos desta lei.

Para começar a identificar o racismo sistêmico por meio do uso de dados, o governo utilizará o Programa de Inovação de Dados da Colúmbia Britânica e um modelo de segurança e privacidade reconhecido internacionalmente, chamado Five Safes, na proteção dos dados coletados.

O modelo Five Safes reduz o risco de acesso ou uso indevido dos dados adotando as seguintes medidas:

- removendo dos dados as informações que permitam a identificação de indivíduos;
- usando tecnologias de segurança para integrar os dados de maneira segura;
- autorizando apenas os projetos que tenham um benefício público evidente e que não causem danos a indivíduos ou comunidades;
- permitindo apenas o acesso de indivíduos autorizados;
- incorporando proteções adicionais à privacidade na divulgação de resultados.

Para mais informações sobre o Programa de Inovação de Dados, veja:

[FAQ do Programa de Inovação de Dados](#)

## Consultas às comunidades

Este processo foi concebido conjuntamente com as comunidades e para servir as comunidades. As opiniões iniciais de líderes indígenas e especialistas em comunidades racializadas, assim como o relatório da Comissária para Direitos Humanos, *Disaggregated Demographic Data Collection in British Columbia: The Grandmother Perspective (Coleta de dados demográficos desagregados na Colúmbia Britânica: a perspectiva da avó)*, enfatizaram que as comunidades devem ser envolvidas no processo de elaboração da legislação para assegurar que suas necessidades realmente sejam atendidas.

Estas consultas põem as lideranças indígenas e organizações de comunidades racializadas à frente desse processo. Os membros das comunidades comunicam diretamente a essas organizações suas preocupações, necessidades e prioridades relacionadas à coleta, uso e divulgação dos dados.

Queríamos saber mais sobre as seguintes questões:

- Opiniões sobre identidades: como as pessoas da Colúmbia Britânica preferem se identificar ou representar.
- Experiências vividas: as experiências prévias das pessoas ao compartilhar informações pessoais com agências governamentais. Isso ajudará a identificar o nível de conforto das pessoas ao compartilhar seus dados em situações diversas, seja para efeito de pesquisa ou para acessar serviços públicos como saúde, educação ou justiça, e permitirá que o governo desenvolva melhores métodos de coleta de dados.

- Perspectivas sobre o uso dos dados: como as pessoas preferem que seus dados sejam usados, permitindo que o governo avance na direção da equidade racial.

Entre abril de 2021 e março de 2022, indivíduos e comunidades foram convidados a participar dessa discussão de três formas:

1. participação das Nações Indígenas;
2. participação coordenada pelas comunidades;
3. questionário online de pesquisa pública.

As informações obtidas ajudaram a identificar o que as comunidades consideram importante e a assegurar que as informações estatísticas sejam coletadas e usadas da maneira mais segura e eficaz possível para enfrentar o racismo sistêmico.

Mais de 2.900 pessoas responderam ao questionário e quase 10.000 participaram das sessões de participação comunitária realizadas por organizações comunitárias representando pessoas indígenas, negras e de cor (IBPOC).

### 1. Participação das Nações Indígenas

Já que este é um projeto muito importante e será apresentado pelo governo da Colúmbia Britânica depois da aprovação da *Lei da declaração dos direitos dos povos indígenas* em 2019, a consulta com os povos indígenas tem sido – e continuará sendo – fundamental. Para tanto, uma firma especializada em consulta às Nações Indígenas (Quintessential Research Group), a Associação de Centros de Fraternalização Aborígene da Colúmbia Britânica (BC Association of Aboriginal Friendship Centres – BCAAFC) e a Nação Métis da Colúmbia Britânica (MNBC) receberam verba para organizar sessões diretamente com membros das comunidades indígenas e Nações Indígenas individuais.

Além disso, o governo provincial trabalhou diretamente junto a organizações de lideranças indígenas – incluindo o Conselho de Lideranças das Nações Indígenas (First Nations Leadership Council – FNLC), a BCAAFC e a MNBC – para garantir que a lei respeite o direito dos povos indígenas a se autogovernar. Como parte desse trabalho, o FNLC indicou especialistas em governança de dados indígenas para trabalhar com o governo na redação na lei.

Informações sobre a lei também foram apresentadas em diversos momentos aos chefes das Nações Indígenas durante as assembleias gerais da Assembleia de Nações Indígenas da Colúmbia Britânica (BC Assembly of First Nations), a Cúpula das Nações Indígenas (First Nations Summit) e a União de Chefes Indígenas da Colúmbia Britânica (Union of BC Indian Chiefs). No início de 2022, as Nações Indígenas foram convidadas a participar de reuniões técnicas para conhecer mais sobre a lei e compartilhar suas opiniões.

## 2. Participação coordenada pelas comunidades

Com base nas repostas das comunidades racializadas, o governo provincial disponibilizou recursos para organizações e grupos comunitários que estivessem aptos e desejassem organizar suas próprias sessões de consulta com membros de suas comunidades.

Quase 70 organizações de toda a província realizaram sessões de consulta de novembro de 2021 até o fim de janeiro de 2022, totalizando 425 reuniões (presenciais e virtuais) e contando com a participação de aproximadamente 10.000 pessoas.

Ouvir diretamente dos membros de comunidades racializadas sobre suas experiências pessoais e preocupações com a coleta, uso e divulgação de dados foi fundamental para assegurar que as necessidades dessas comunidades sejam entendidas e estejam refletidas na lei.

## 3. Questionário online de pesquisa pública

Para ouvir as experiências de uma ampla gama de pessoas pertencentes a comunidades IBPOC de toda a província, o governo provincial também lançou um questionário online, que esteve disponível de setembro de 2021 a 31 de janeiro de 2022 em várias línguas. Quase 3.000 pessoas preencheram o questionário. As perguntas foram formuladas de modo a entender a experiência vivida dos indivíduos com o uso de serviços públicos e a coleta de informações sobre identidade e etnia.

## Relatórios *O que ouvimos*

Veja os resultados destas consultas pioneiras em cinco relatórios temáticos.

### Relatório sobre as consultas à Associação de Centros de Fraternização Aborígine da Colúmbia Britânica

No total, 36 participantes compareceram às duas sessões, incluindo membros do Conselho de Anciãos, do Comitê de Revisão por Pares e do Conselho Provincial de Jovens Aborígenes.

### Participação coordenada pelas comunidades

Por volta de 70 organizações indígenas e de comunidades racializadas receberam recursos do governo da Colúmbia Britânica para realizar sessões de consulta sobre dados antirracismo com membros de suas comunidades por toda a província.

### Relatório sobre as consultas às Nações Indígenas

O governo consultou as Nações Indígenas da Colúmbia Britânica de dezembro de 2021 a março de 2022. O objetivo era permitir que os participantes das Nações Indígenas da Colúmbia Britânica compartilhassem seus conhecimentos e fizessem comentários à lei sobre dados antirracismo.

### Relatório sobre as consultas à Nação Métis

Em resposta a pedidos para se eliminar o racismo específico contra os indígenas, a Nação Métis da Colúmbia Britânica (Métis Nation British Columbia, MNBC), em parceria com o governo provincial, fez consultas à comunidade a respeito da lei sobre dados antirracismo.

## Relatório sobre participação online

De 9 de setembro de 2021 a 31 de janeiro de 2022, o governo da Colúmbia Britânica fez uma consulta online para embasar a lei sobre dados antirracismo. A pesquisa recolheu respostas sobre a experiência dos participantes ao se identificar ou fornecer dados étnicos quando do uso de serviços públicos.

[Os relatórios completos estão disponíveis em inglês](#)

## Conheça o Comitê – Comitê de Dados Antirracismo

No dia 23 de setembro de 2022, a província anunciou os 11 integrantes, incluindo a presidenta, do Comitê de Dados Antirracismo.

Os membros do comitê representam uma ampla seção transversal de comunidades racializadas e regiões geográficas de B.C. O comitê irá colaborar com a província para desenvolver guias para a coleta e uso seguro de dados para identificar e eliminar racismo sistêmico no setor público.

O comitê assumiu a tarefa de apoiar o desenvolvimento de diretivas e padrões de dados, bem como de ajudar a determinar as prioridades de pesquisa do governo, e rever as estatísticas anuais antes de sua divulgação para evitar danos à comunidade.

“Esta Lei de Dados Antirracismo inovadora procura assegurar que BC é uma província onde todas as pessoas independentemente da raça podem florescer,” disse Dra. June Francis, presidenta do Comitê de Dados Antirracismo. “O Comitê de Dados Antirracismo será crítico em realizar tais aspirações. O comitê é formado para assegurar a representação de comunidades indígenas e racializadas, e irá trabalhar arduamente para assegurar que as promessas feitas para resolver o racismo sistêmico e brechas no serviço no setor público sejam realizadas. Isto irá envolver um processo contínuo trabalhando com as comunidades, incluindo suas perspectivas, e mantendo uma segurança cultural à medida que colaboramos com o governo para estabelecer prioridades chaves de pesquisa. O enfoque principal será coletar e monitorar dados para encerrar brechas de igualdade racial que existem no serviço público.” Para saber mais sobre o trabalho do comitê, visite: <https://news.gov.bc.ca/27486>.

### Membros do Comitê

**June Francis (Presidenta), co-fundadora, Co-Laboratorio (CoLab Advantage Ltd.) e conselheira especial do presidente da Simon Fraser University sobre antirracismo** – Francis advoga equidade, diversidade e inclusão para grupos racializados. Ela é presidenta da Hogan’s Alley Society, cuja missão é avançar o bem-estar social, político, econômico e cultural de pessoas com ascendência africana através de entrega de moradia, construção de espaços e programação. Ela é também diretora do Instituto para a Pesquisa de Diáspora e Engajamento da SFU, cujo mandato é fortalecer os laços entre pesquisa acadêmica, política e prática relacionados a comunidades multiculturais e de diáspora e seu papel em construir iniciativas inovativas, sustentáveis e inclusivas. Como empreendedora, através da CoLab, Francis trabalha com uma faixa ampla de clientes para auditar e resolver barreiras estruturais para a participação de indígenas, negros e outros grupos racializados na cultura do local de trabalho, cadeias de suprimento, política, programas, parcerias, e designs de serviço.



**Shirley Chau, professora associada, escola de trabalho social, UBC Okanagan** – Chau é Copresidenta da Força-Tarefa do Presidente da UBC sobre Antirracismo e Excelência Inclusiva e antiga presidenta e copresidenta do Caucus sobre Assuntos de Raça, Etnicidade e Cultura da Associação Canadense de Educação do Trabalho Social. Ela serve no comitê da Organização Contra o Racismo e Ódio em Kelowna, onde seu enfoque é monitorar e resolver o problema de assuntos relacionados a racismo e discriminação interseccional baseados na indigeneidade, sexo, idade, linguística racial, etnia, religião e incapacidade.

**Donald Corrigan, gerente do bem-estar social, Nação Métis BC** – Na Nação Métis BC, Corrigan é responsável por estabelecer ligações com a indústria de cuidados de saúde em diversas áreas, incluindo a implementação do Relatório In Plain Sight, o relatório sobre Mulheres e Moças Indígenas Desaparecidas e Assassinadas, e o relatório sobre Verdade e Reconciliação Chamadas à Ação. Ele trabalhou na saúde pública ambiental desde 1976, e também trabalhou com vários comitês no interior de B.C. durante a pandemia COVID-19 em assuntos de acesso e incidentes discriminatórios e racistas nas clínicas de Covid.

**Marion Erickson, gerente de pesquisa, Centro de Pesquisa Health Arts** – Erickson é uma mulher Dakelh, da comunidade de Nak'azdli e é membro do Clã Lhts'umusyoo (Castor). Ela é candidata ao mestrado de educação na Thompson Rivers University, obteve um bacharelado em administração pública e desenvolvimento de comunidade da University of Northern B.C. Atualmente, ela serve no Grupo Conselheiro de Estudantes Indígenas de Reguladores de Saúde de B.C. e também serviu no comitê de trust de desenvolvimento para a Banda Nak'azdli e o Comitê das Necessidades Estudantis de Prince George.

**Daljit Gill-Badesha, instrutora, BC Institute of Technology, professora convidada, SFU** – Com mais de 25 anos de liderança senior nos setores de fins não-lucrativo e públicos, Gill-Badesha traz a experiência em gestão executiva, pesquisa, conhecimento de mobilização, e política de desenvolvimento para crianças e jovens, idosos, assentamento de imigrantes refugiados, e portfólios de acessibilidade e inclusão. Ela desenvolveu iniciativas e estratégias premiadas, de grande escala, para planejamento comunitário de longo prazo, liderou mudanças nas políticas para tornar a coleta de dados e relatórios mais acessíveis dentro do governo local e acrescentar medidas de responsabilidade sobre dados relacionados com racismo e ódio.

**Jessica Guss, líder de iniciativas estratégicas em saúde indígena para o Conselho de Segurança e Qualidade dos Pacientes de BC** – Guss tem mais de 20 anos de experiência em administração e gestão de empresa, incluindo sete anos em saúde e bem-estar indígena. Ela tem ancestralidade mixta que inclui as nações Haida, Xaxli'p, Xwisten e Squamish assim como ancestralidade europeia. Suas experiências de trabalho fortaleceram suas habilidades em políticas, padrões, desenvolvimento de processos e análise para avançar áreas alinhadas com estratégias e objetivos antirracismo.

**Ellen Kim, consultora de equidade e inclusão** – Originalmente da Coreia, Kim trabalhou com governos, empresas e organizações sem fins lucrativos com enfoque em antirracismo. Ela co-liderou um grupo comunitário coletivo de mulheres asiáticas que coletam, analisam, acompanham e compartilham dados oriundos da comunidade sobre racismo anti-asiático e seus impactos. Antes disso, Kim passou 10 anos trabalhando em desenvolvimento comunitário e providenciando serviço social da linha de frente com comunidades globais sofrendo injustiça.

**Zareen Naqvi, diretora, Pesquisa e Planejamento Institucional, Simon Fraser University** – Naqvi completou seu doutorado em ciências econômicas na Boston University, e trabalhou como acadêmica e profissional de desenvolvimento internacional no Banco Mundial. Ela lidera o grupo de trabalho em equidade, diversidade e inclusão de dados na SFU e é co-presidenta do conselho de governança de dados e outros projetos correlatos. Ela é apaixonada em melhorar acesso a dados para assegurar que grupos vulneráveis estejam bem representados em serviços públicos e educação em ensino superior.

**Smith Oduro-Marfo, autor líder e pesquisador, relatório Negro em B.C.** – Oduro-Marfo obteve um PhD em ciência política pela University of Victoria. Sua área de interesse acadêmico desde 2016 tem sido problemas de privacidade, proteção de dados, sistemas de vigilância e identificação. Ele é autor líder e pesquisador para o relatório Negro em B.C. financiado pelo governo de B.C. e divulgado em fevereiro de 2022. Ele está no comitê conselheiro para a Associação para Terminar a Violência de B.C. com o programa resposta sobre antirracismo e ódio, e é membro do Comitê Conselheiro para a Diversidade da Polícia na Grande Victoria.

**Jacqueline Quinless, Diretora Executiva, Quintessential Research Group** – Socióloga, pesquisadora de BIPOC e pessoa biracial Irlandês/Inglês com etnicidade indiana, Quinless trabalhou extensamente em comunidades indígenas por mais de 20 anos, usando uma estrutura de análise com base no sexo da pessoa. Em 2013, ela foi reconhecida pela Associação Sociológica Canadense e Angus Reid Foundation pela sua pesquisa com base na comunidade que melhorou o bem-estar humano para os povos indígenas no Canadá. Ela trabalhou para as comunidades das Primeiras Nações na capacidade de pesquisadora, incluindo delineando indicadores de dados e ferramentas de medição.

**Sukhi Sandhu, co-fundador, Wake Up Surrey; estudante de mestrado, diversidade, equidade e inclusão, Tufts University** – Sandhu é um ativista comunitário e membro fundador de Wake Up Surrey, uma organização comunitária emergente formada em 2018 em resposta à crescente violência de gangues, e tiroteios com pessoas alvejadas, envolvendo jovens do sul da Ásia. Ele encabeçou a expansão do grupo, participando em mais de 150 encontros com todos os níveis do governo, autoridades policiais, partes interessadas da comunidade, educadores, peritos em saúde mental e famílias das vítimas. Sandhu também tem muitos anos de experiência no gerenciamento de esportes globais.

## Próximos passos

O racismo sistêmico está disseminado por todos os programas e serviços públicos e temos o compromisso de tomar medidas imediatas para combatê-lo. Nos próximos meses, tomaremos as seguintes medidas:

No dia 2 de maio de 2022, apresentamos a *Lei sobre dados antirracismo*, formulada em conjunto com povos indígenas e comunidades racializadas. A lei entrou em vigor no dia 2 de junho de 2022.

- A lei tem dois objetivos abrangentes:
  - realizar a coleta de dados de uma maneira que gere confiança entre povos indígenas e comunidades racializadas;
  - estabelecer abordagens confiáveis para coletar, usar e divulgar informações pessoais e combater o racismo sistêmico.

Em segundo lugar, a lei viabilizará a coleta, uso e divulgação consistente e segura de dados demográficos para identificar onde o racismo sistêmico acontece e tornar a província mais inclusiva e equitativa. Continuaremos a consultar e trabalhar com as comunidades para desenvolver um plano de implementação da lei que seja robusto e seguro do ponto de vista cultural.

- Esta lei é o primeiro passo de muitos que daremos para coletar e utilizar estes dados no combate ao racismo. Uma vez que a lei for aprovada, prepararemos um plano juntamente com povos indígenas e comunidades racializadas, os quais estarão envolvidos em todas as etapas.
- O plano expandirá as políticas e programas existentes e desenvolverá orientações, treinamento, ferramentas e atividades para a coleta e uso de dados de maneiras que sejam benéficas e apropriadas.
- O governo da Colúmbia Britânica também trabalhará em parceria com os povos indígenas para dar apoio a arcabouços de governança de dados indígenas e às suas prioridades de informação, nos termos da *Lei da declaração dos direitos dos povos indígenas*.

Precisamos ser transparentes a respeito de como pretendemos usar os dados, como os manteremos seguros, como protegeremos a privacidade das pessoas, e quem poderá acessá-los e em que circunstâncias. Tudo isso será decidido em colaboração com pessoas indígenas, negras e de cor (IBPOC).

A participação e o envolvimento contínuo de pessoas e comunidades, além do Gabinete do Comissário para Direitos Humanos e do Gabinete do Comissário de Informações e Privacidade, ajudará na identificação e prevenção de qualquer dano não intencional a indivíduos e comunidades.

Um compromisso chave da Lei é criar um novo comitê de dados antirracismo da província. Tal comitê deverá reunir os membros da comunidade para colaborar com o governo no desenvolvimento de pesquisas prioritárias, e determinar como montar e usar os dados para identificar e eliminar racismo sistêmico no setor público para melhorar programas e serviços para todos os indivíduos da Colúmbia Britânica. Os participantes deste comitê foram anunciados em setembro de 2022.

Continuaremos a consultar e a nos comunicar com povos indígenas e comunidades racializadas em todas as etapas deste processo de aprovação da legislação. Queremos nos certificar de que o trabalho seja feito com todo cuidado para evitar viés e discriminação, tirando o máximo proveito do poder dos dados para gerar as mudanças sistêmicas que são tão necessárias.

**Apresentação do projeto da lei de dados antirracismo**

Primavera de 2022

Desenvolvido conjuntamente com comunidades indígenas e racializadas

**Desenvolvimento do plano de implementação**

Consultar e trabalhar com as comunidades para desenvolver um plano de implementação

**Apoio a arcabouços de governança de dados e prioridades de informação**

Fazer parcerias com povos indígenas para dar apoio a arcabouços de governança de dados e às suas prioridades de informação

**Participação e comunicação**

Continuar as consultas e a comunicação com povos indígenas e comunidades racializadas em todas as etapas do processo para evitar viés e discriminação